

AFONSINA

III

2022



**MESTERES
E MESTEIRAIS NA
IDADE MÉDIA**

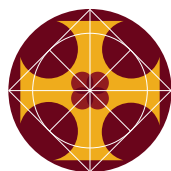


MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

AFONSINA

III

2022



MESTRES E MESTEIRAS NA IDADE MÉDIA

Os artigos deste número da revista Afonsina resultam das conferências e comunicações apresentadas nas III^{as}. Jornadas Históricas, realizadas em Guimarães, em 25 de junho de 2022.

ÍNDICE

Editorial

PAULO LOPES SILVA

1

Un oficio tradicional: el trabajo de la piel (siglos XV-XVI)

RICARDO CÓRDOBA DE LA LLAVE

3

Da pele se faz ofício: correeiros, sapateiros, seleiros e dos demais que trabalham o couro na Guimarães Medieval

AIRES GOMES FERNANDES

19

Os ofícios do têxtil e do vestuário em Guimarães na Idade Média

JOANA SEQUEIRA

37

O abastecimento e consumo de carne no Entre-Douro-e-Minho nos finais da Idade Média: o contributo dos carneiros vimaranenses

MARIANA CABRAL

51

Mesteres e mesterais na Idade Média em Portugal

ARNALDO SOUSA MELO

61

Mesteres e mesterais na Idade Média em Portugal

ARNALDO SOUSA MELO

LAB2PT/IN2PAST, DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, UNIVERSIDADE DO MINHO

Resumo

Este estudo visa apresentar uma perspetiva global sobre os Mesteres e Mesterais em Portugal nos séculos XIV e XV, centrando-se nas formas de organização e características destas atividades e daqueles que as desenvolviam, sobretudo na sua dimensão económica e social. Começando por esclarecer questões de vocabulário e conceitos no contexto histórico referido, de seguida procura-se caracterizar as formas e modalidades de organização da estrutura produtiva dos mesteres e a organização do trabalho, ressaltando a heterogeneidade e variedade de situações encontrada nos diferentes mesteres e fileiras produtivas. A título de exemplo, aprofundou-se um pouco mais o caso do setor da curtição de peles. Seguidamente, a questão das formas e regras de localização no espaço urbano e periurbano das diferentes atividades de mesteres constitui outra perspetiva de análise desenvolvida, antes de nos dedicarmos à análise e caracterização das formas de regulamentação das atividades mesterais. Finalmente, apresenta-se os elementos distintivos da eventual noção de identidade coletiva dos mesterais medievais, ou de parte deles, na perspetiva dos próprios, mas também na visão das elites e dos poderes urbanos.

Palavras-chave: Mesteres e mesterais, Portugal na Idade Média, Indústria e artesanato medieval, Espaço urbano nos séculos XIV e XV, Economia e sociedade medieval.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal), no âmbito do Projeto MedCrafts – Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média: séculos XIV e XV, Ref.^a PTDC/HARHIS/31427/2017.

1. Conceitos e vocabulário

Este trabalho, que incide sobre os Mesteres e Mesteirais nos séculos XIV e XV em Portugal, pretende apresentar um quadro global sobre as condições e características destas atividades, na sua dimensão económica e social. Começemos por esclarecer os conceitos medievais de mesteres e mesteirais, que correspondem *grosso modo* ao que hoje designamos de indústria e artesanato, ou seja, atividade transformadora essencialmente não rural, e que podia, ou não, incluir a dimensão comercial de venda direta ao consumidor final.

As designações mais abundantes em língua portuguesa, neste período, seriam as seguintes, usadas frequentemente como sinónimas:

- *mester* e *mesteiral*; do latim *ministerium*, *ii*, (ofício, serviço) e *minister*;
- *ofício* e *oficial*;
- *artes mecânicas*.

As designações *ofício* e *oficial* eram particularmente polissémicas, podendo também significar um cargo público, entre outros significados possíveis. Ressalte-se que o facto de poder ser sinónimo de *mester*, mas também de cargo público, é muito significativo e em particular se procurarmos as suas raízes etimológicas. É que, em ambos os sentidos, respondia a uma necessidade comum ou bem comum, com frequência objeto de algum controlo e, por vezes, de licenciamento pelas autoridades públicas, em particular concelhias (DEGRASSI, 1996: 121-125; MELO, 2009: 135-138).

Mas, então, o que caracterizava um *mesteiral* (pessoa) e um *mester* (a atividade)? Poderíamos definir *mester* como uma atividade transformadora especializada não rural, que podia incluir uma dimensão comercial de venda ao consumidor final; ou, pelo contrário, inserida numa cadeia produtiva mais complexa, a sua produção não se destinava ao consumidor final. Implica sempre uma dimensão de especialização do trabalho, por vezes bastante acentuada. Concentrava-se, sobretudo, nos centros urbanos e nas suas periferias, embora também pudesse existir noutros locais. Em suma, a sua importância crescente resultava do desenvolvimento da divisão social do trabalho, isto é, da especialização, na sociedade e economia medieval dos séculos XIV e XV.

Como eram percebidos os mesteirais no quadro da sociedade medieval? Para responder a essa questão teremos de lembrar, esquematicamente, algumas das diversas formas de classificação e designação das partes que compunham a sociedade medie-

val, prestando particular atenção às classificações, conceitos, estatutos, vocabulário e significados utilizados nos documentos coevos (MELO e RIBEIRO, 2014: 111-118):

- Modelo tradicional das *três ordens, estados* ou *funções*, assente no princípio da trifuncionalidade, constituída por: os *oradores*, os *defensores* e os *mantenedores*, que mais tarde serão preferencialmente designados, respetivamente, como *clero*, *nobreza* e *povo*. Neste modelo, os mesteirais incluíam-se, obviamente, no *povo*, ou *mantenedores*. No entanto, sob muitos aspetos, este sistema interpretativo já não era suficiente para descrever a sociedade dos séculos XIII a XV, embora continuasse, durante séculos, a ser utilizado na perspetiva estatutária e política.
- Desta forma, já no século XV se observa o aparecimento de modelos teóricos alternativos de descrição da organização social. Um dos exemplos mais famosos será, sem dúvida, o dos *cinco estados* apresentados pelo Rei D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, (Cap. IV, p. 26). Neste modelo, depois dos *oradores* e dos *defensores*, o *povo* aparece dividido em três grupos: lavradores e pescadores; homens das leis da escrita, do funcionalismo e da administração; e *os que usam d'algumas artes aprovadas e mesteres* (DUARTE, 1998: 26).

No entanto, da análise documental, também se constata que no interior das cidades e vilas os elementos *populares* (ou seja, que não eram nobres nem clérigos) se podiam dividir em três grandes grupos:

64

- *Os maiores*;
- *Os meiores* (i.e., *os do meio*);
- *Os miúdos*.

Em geral, os mesteirais inseriam-se “nos do meio”, os *meiores*. Ou, em alternativa, dividia-se o *povo comum* urbano em apenas dois grupos, os *maiores* e os *miúdos*. Neste caso, os mesteirais incluíam-se, em geral, neste último grupo (SOUSA, 1993: 391-423; MELO e RIBEIRO, 2014: 111-118).

Estas considerações são importantes para tentarmos perceber a forma como os mesteirais, no seu conjunto, eram vistos no âmbito da sociedade medieval: um grupo socioeconómico médio, dentro da ordem dos *mantenedores*, ou *povo*.

Cumprir ainda esclarecer dois outros conceitos, indústria e artesanato. Partindo da definição proposta por Philippe Braunstein, a indústria deverá ser entendida como produção standardizada, em larga escala, com recurso a mão de obra especializada, procurando a inovação tecnológica e com vista ao mercado mais ou menos distante, e visando uma racionalidade de rentabilidade dos investimentos. Acrescente-se que, com frequência, podia implicar a disponibilidade de investimento de capitais. Deste modo se distinguia indústria de artesanato, em que este seria uma atividade transformadora, mas que se distingue ou opõe a estas premissas. Neste sentido, artesanato e indústria podiam existir em simultâneo nas sociedades ditas pré-industriais (ou seja, antes do período designado como revolução industrial, iniciado em finais do século

XVIII). Em vários contextos históricos, como nos séculos XIV a XVI, verifica-se a existência simultânea de indústria e de artesanato. Por vezes, no mesmo setor e nos mesmos locais e tempos encontram-se as duas possibilidades, em simultâneo mas distintas, de indústria e de artesanato. Veja-se o exemplo construção civil ou da construção naval. A construção de uma grande catedral, com mão de obra numerosa, especializada e com diversos níveis de especialização, com gestão centralizada, standardização de materiais, formas e técnicas incluía-se no conceito de indústria atrás referido; enquanto que outro tipo de trabalho de construção corrente e de pequena escala se poderia incluir no artesanato. Todas estas considerações reforçam a ideia de ser preferível designá-los como mesterais, o vocábulo então utilizado, uma vez que essas diferenças entre os conceitos de indústria e de artesanato resultam sobretudo de preocupações e conceitos historiográficos e económicos dos séculos XX e XXI, que não da Idade Média. No entanto, justifica-se aqui a referência a tais questões, dada a forte herança historiográfica sobre estas temáticas, ainda que hoje, em larga medida, ultrapassada (BRAUNSTEIN, 2003: 93-111; PAGES e VERNA, 2022: 243-264; MARQUES, 1985: 301-304).

Finalmente, antes de passar ao ponto seguinte, convém destacar algumas considerações prévias. No que diz respeito a este setor dos mesteres e mesterais, constata-se uma grande diversidade entre concelhos, mas também dentro de cada concelho entre diferentes mesteres. O papel dos mesteres na sociedade e economia urbana, bem como a importância relativa de cada mester ou setor de produção variava bastante. Simultaneamente, também se observa a existência de evolução e transformações significativas em alguns concelhos, ao longo do período em estudo. No entanto, também existiam tendências e elementos comuns entre vários concelhos. Assim, nas páginas que se seguem tentaremos apresentar um quadro geral dos mesteres em Portugal nos séculos XIV e XV no seu conjunto, com base sobretudo nas realidades dos principais concelhos urbanos portugueses, sobre os quais existem maior número de fontes conservadas, em particular Porto, Lisboa e Évora, mas também Loulé, Santarém, Coimbra, Braga e Guimarães. No entanto, esta tentativa de apresentar um quadro geral não nos deve fazer esquecer a grande variabilidade entre concelhos que, com frequência, existia.

2. Formas e modalidades de organização da estrutura produtiva

Variedade e heterogeneidade

Quanto às práticas, realidades e formas de organização da estrutura produtiva dos mesteres, deve começar por destacar-se a enorme variedade de situações possíveis, que podem variar de mester para mester, mas também dentro de um mesmo mester, e entre diferentes cidades e vilas. Efetivamente, se nalguns casos os mesterais, além de produzirem, vendem também o produto acabado ao consumidor final, como por exemplo os sapateiros, noutros casos, o mester corresponde a uma função ou atividade específica dentro duma cadeia produtiva mais complexa e estruturada, como por exemplo tecelões e tintureiros dentro do setor têxtil, ou os curtidores de peles cujo produto, as peles curtidas, constituíam a matéria-prima para os diversos mesteres dos couros, que com frequência seriam colocadas no mercado regional e internacional com destino a esses setores.

Podemos sintetizar, referindo que a variedade de situações encontradas nos mesteres se verificava, em particular, nos seguintes aspetos (BRAUNSTEIN, 2003: 93-111, 2007: 11-23; PAGES e VERNA, 2022: 243-264; MARQUES, 1985: 301-304, 2010: 163-184; MELO, 2018a: 23-37, 2009: 251-281):

- Pequena ou larga escala;
- Cadeia produtiva complexa e estruturada, ou o seu contrário;
- Atividade de tipo artesanal ou industrial;
- Diferentes inserções em fileira produtiva / industrial;
- Diversas formas de organização do trabalho e da estrutura produtiva;
- Diversas formas e montantes de investimento de capitais, e diversa importância relativa de capitais internos e externos ao mester;
- Multiplicidade de mesteres que indicia diferentes níveis de especialização: sapateiro, sapateiro de vaca, sapateiro de cordovão; pedreiro; carpinteiro; carpinteiro de naus; curtidor.

De igual modo, o trabalho desenvolvido no âmbito dos mesteres incluía diferentes tipos ou categorias (MELO, 2018a: 23-37, 2009: 251-281), nomeadamente:

- Trabalho especializado, ou seja, os mesterais (mesteiral; mestre / oficial, entre outras);
- Aprendizagem (aprendiz);
- Trabalho indiferenciado, ou seja, não especializado (ganha-dinheiros; mancebos; jornaleiros; braceiros ...);
- A presença de trabalho de mulheres e de crianças seria bastante frequente, sobretudo no trabalho indiferenciado, com algumas exceções, embora raramente surja registada na documentação escrita.

Por seu turno, as formas de remuneração e a respetiva relação laboral podiam também ser muito distintas:

- Trabalho assalariado (jorna, soldada, em geral pago por unidade de tempo: dia/semana/mês);
- Trabalho sem forma de remuneração explícita (dono da oficina, familiares, dependentes);
- Trabalho pago à tarefa (por peça ou área produzida).

Finalmente, deve referir-se que a conhecida divisão interna de cada mester em *mestre / oficial / aprendiz*, nem sempre existia. Com frequência, tal correspondia a um modelo que até finais da Idade Média não seria o único, nem talvez o dominante. A expressão *mestre* era de uso bastante polissémico, não correspondia necessariamente a um estatuto, mas tão só a uma designação de prestígio ligada a uma *expertise* reconhecida de qualidade ou de antiguidade e fama no mester ou arte respetiva. Por exemplo, um pedreiro ou carpinteiro pode ser mestre (ou seja, o responsável) de uma determinada obra, e noutra ser apenas

um oficial (pedreiro ou carpinteiro) (*Livro das Posturas Antigas*, p. 230). Portanto, em geral, não se trata ainda de um estatuto, com algumas exceções. Será apenas na transição do século XV para o XVI, que o termo *mestre* se tornará um estatuto mais generalizado, como consequência da afirmação do modelo mais institucionalizado das corporações de ofícios e generalização do sistema de exames para acesso pleno ao mester. Mas, até aos finais do século XV, é ainda raro este modelo que provavelmente se tornará dominante a partir do século XVI. Interessa, pois, compreender sobretudo a hierarquia do trabalho e da estrutura de organização produtiva, que podia variar de mester para mester ou de fileira para fileira (BERNARDI, 2009: 23-123; MELO, 2009: 160-163, 261-163; BRAUNSTEIN, 2003: 405-414).

Principais fileiras produtivas dos mesteres medievais

Se existe uma grande quantidade e diversidades de mesteres, tais como sapateiros, carneiros, pedreiros, e muitos outros, mostrando variedade e níveis sucessivos de especialização, a sua análise e compreensão ganham bastante se os agruparmos por fileiras produtivas. Assim, entre as principais, podemos destacar as seguintes, pela sua importância económica, número de mesterais envolvidos e presença sistemática na maioria das cidades e vilas (MELO, 2009: 217-357; MARQUES, 1987: 115-122; MELO, CAMPOS e SEQUEIRA, 2021: I-III):

Fileiras produtivas	Mesteres
Construção civil	Pedreiros, carpinteiros e outros
Construção naval	Carpinteiros navais, calafates, cordoeiros e outros
Têxteis e alfaiates	Inúmeros mesteres: das fiadeiras e tecelões aos tintureiros e tosa-dores, entre outros; Os alfaiates, de facto, não se incluem no têxtil, mas utilizam os seus produtos como matéria-prima
Setor da Alimentação - pão	Moleiros, padeiras, regateiras do pão
Setor da Alimentação - carne	Carneiros
Setor da Alimentação - peixe	Pescadores, pescadeiras (que vendem o peixe)
Couros	Curtição; sapateiros e outros mesteres dos couros (bainheiros, seleiros, ...)
Metais	Mineração e metalurgia; ferreiros, ferradores, armeiros, alfagemes e outros
Metais preciosos	Ouvides (da prata e ouvides do ouro); moedeiros
Tanoaria	Tanoeiros

Dentro de cada fileira, os modelos de organização de cada mester podem ser bastante diversos e, por vezes, num mesmo mester podemos encontrar diferentes formas de organização da atividade produtiva, como atrás se referiu no caso da construção. Em outros estudos deste livro, pode-se constatar isto mesmo através da análise de algumas fileiras e mesteres específicos, como o setor têxtil e o do abastecimento da carne, ou ainda com uma panorâmica global sobre os mesteres em Guimarães. Veja-se, ainda, o artigo de Ricardo Córdova, que apresenta um estudo muito aprofundado sobre a dimensão técnica da produção de couros medieval.

De seguida, apresentaremos, como exemplo, um modelo de negócio do setor de produção de couros em Portugal dos séculos XIV e XV, reconstituído, sobretudo, a partir de dados documentais de Évora e de Guimarães.

A curtição ou produção dos couros (tanarias)

Em Portugal, nos séculos XIV e XV, encontra-se, entre outros possíveis, um modelo de organização produtiva do fabrico de couros que se caracteriza por uma estrutura que apenas existe enquanto é necessária, ou seja, uma organização produtiva que se inicia e termina com cada empreendimento de curtição, que passamos a caracterizar nas suas grandes linhas.

Modelo de organização da estrutura produtiva da curtição de peles:

Sapateiros e mercadores (eventualmente outros atores) assumem-se como empresários ou empreendedores da curtição, aplicando os capitais necessários e detendo a propriedade dos bens ao longo de todo o processo. Para essa finalidade, organizam uma “empresa” que dura apenas enquanto decorre o processo de curtição e se extingue no final desse ciclo, podendo depois voltar a ser montada quando voltar a ser necessário curtir peles. Desse modo, investem a totalidade dos capitais necessários, comprando as matérias-primas (as *peles verdes*, muitas vezes compradas aos carniceiros que em alguns locais, como o Porto, são proibidos de curtir peles) e os produtos necessários ao processo de transformação das peles em couros, nomeadamente cal e mordentes, como o sumagre; contratam a mão de obra pelo tempo necessário (contabilizado ao dia, ao que tudo indica), quer a especializada, composta por curtidores e surradores, quer a indiferenciada, com os seus instrumentos específicos, deduz-se; alugam as estruturas físicas imprescindíveis, como pelames e tinas, pelo período de tempo que é preciso e, no final, ficam com o produto obtido, os couros. De seguida, esses *empresários* (quase sempre sapateiros ou mercadores), por seu turno, podem utilizar esses couros para serem vendidos e colocados no mercado regional, nacional ou internacional, ou, então, para serem utilizados diretamente como matéria-prima dos seus próprios mesteres, em particular no caso dos sapateiros (o que não invalida que estes também colocassem no mercado uma parte dos couros que produziam) (MELO, 2021b: 84-95).

Este modelo de organização produtiva implicava a existência de outros grupos de intervenientes que retiravam dividendos e rendimentos das operações de curtição, embora de modo indireto. Trata-se dos proprietários e dos enfiteutas de estruturas e equipamentos de curtição, como os pelames e as *tanaria*, que os alugam pelo tempo necessário às atividades de curtição, normalmente por períodos curtos de semanas ou até meses. Por exemplo, no caso de Guimarães, destacam-se a Confraria dos sapateiros e a Colegiada da Oliveira como os grandes proprietários de pelames e outras estruturas de curtição na zona de Couros, na referida vila. Curiosamente, curtidores e surradores, ou seja, os mesterais especialistas na produção de couros, ao contrário de outros setores, surgem como atores secundários num processo produtivo que, em geral, não controlam, mas que é dominado sobretudo por sapateiros e mercadores (MELO, 2021b: 84-95).

Por seu turno, esta atividade será uma das que exigem mais especificidades de estruturas físicas, algumas delas fixas e de alguma dimensão, como tanques de pedra ao

ar livre, ou *pelames*, mas também tinas, tinalhas, poças, caldeiras (para aquecer água), *pedras de ulmar* (com alúmen), umas existentes dentro de casas próprias para o efeito, em geral no rés-do-chão para facilitar o escoamento das águas usadas, outras ao ar livre (MELO, 2021b: 84-95); (sobre o processo técnico de produção de couros medievais cf. CÓRDOBA DE LA LLAVE [2002: 297-303] e artigo deste mesmo autor nesta publicação). Como se depreende do atrás exposto, em geral estas estruturas constituem em si mesmo um negócio específico, ou seja, uma modalidade de gestão de estruturas físicas por parte dos seus proprietários e enfitetas, que regularmente as arrendavam pelo tempo necessário (dias, semanas ou mais) para a sua utilização pelas equipas formadas especificamente para cada processo ou encomenda de produção de couros. Também aqui se verifica uma especificidade da produção de couros, constituindo uma originalidade relativamente à maioria dos outros setores, uma vez que os mesteiros dos curtumes não detêm a posse das estruturas de produção.

De toda esta realidade medieval, que em parte se prolongará pelos séculos seguintes, abundam vestígios em Guimarães, em particular através da sua toponímia de origem medieval, por vezes desde o século XII, que ainda hoje se conserva. Constituem exemplos paradigmáticos e sobejamente conhecidos, a zona e rio de Couros e os múltiplos *pelames* (tanques, em geral de pedra) e *tanarias* (edifícios com equipamento de curtição como *tinas*, *tinalhas* e outros) referidos nessa zona nos documentos medievais, e de que ainda subsistem importantes vestígios materiais.



Fig. 1. Tanques de curtir ou pelames – zona de Couros, Guimarães (fotografia, séc. XXI).



Fig. 2. [Planta] De Guimarães, s/data [ca. 1562-1570], s/autor, escala de 100 braças (1:1100, aprox.), 83,4x154 cm, manuscrita e colorida sobre papel, Fundação Biblioteca Nacional do Brasil (Rio de Janeiro), Cartoteca: Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado.



Fig. 3. Zona de Couros e pelames: pormenor do Mapa de Guimarães de 1570.

Como se pode observar nas Figuras 2 e 3, do famoso Mapa de 1570 da urbe vi-maranense, essa zona de Couros localizava-se numa área periférica da cidade medieval, fora das muralhas, embora muito próxima dela, como convinha. Tal situação decorre de uma tendência geral relativa a alguns setores dos mesteres, como a produção de couros, localizando-se preferencialmente esta atividade em zonas periféricas do centro urbano, devido à forte poluição das águas, do solo e do ar (fortes cheiros) que esta atividade provocava e, como tal, não se desejava no interior do centro. Mas, por outro lado, a curtição tinha determinados requisitos técnicos quanto à sua localização, como a proximidade de curso de água e as referidas estruturas físicas, como tanques de curtir, e, simultaneamente, não ser muito afastada da cidade, por ser a partir dela que se obtinha a matéria-prima e se escoavam os produtos finais – a pele curtida –, fosse para uso dos mesteiros que utilizavam o couro como matéria-prima, como os sapateiros, fosse com vista ao mercado regional ou internacional.

3. Localização no espaço e estruturas produtivas

Efetivamente, verificava-se uma certa variabilidade quanto à localização e distribuição dos diferentes mesteres no espaço urbano e periurbano de cada cidade ou vila: certos mesteres localizavam-se preferencialmente em zonas mais centrais, enquanto outros em áreas mais periféricas. Por outro lado, se alguns mesteiros tendiam a concentrar-se em locais próximos de outros do mesmo mester ou de vários mesteres diferentes, outros tendiam mais para a dispersão. Podemos encontrar diferentes níveis numa escala ou gradação entre dois polos extremos, a dispersão e a concentração total das atividades dos mesteres no espaço e várias situações intermédias entre eles. Sintetizando, para cada mester ou setor de atividade dentro de cada espaço urbano e periurbano encontram-se situações de:

- Concentração única no espaço;
- Concentração em múltiplos locais ou poli-concentração;
- Concentração não exclusiva, ou seja, que pode coexistir com uma dispersão;
- Forte dispersão (MELO, 2018b: 337-357; RIBEIRO, 2020: 383-400).

Com frequência, em certas artérias do centro urbano, verifica-se a concentração de muitos e diversos mesteres. Essas ruas muitas vezes ganham a designação de um determinado mester, como a Rua da Sapataria ou dos Sapateiros, o que não significa necessariamente que se concentre aí um só mester, pelo contrário, com frequência nela se localizam vários mesteres diferentes (ANDRADE, 2003: 83-96; MELO, 2018b: 337-357; FERREIRA, 2010: 236 e ss., 479-489).

Por seu turno, o nível de concentração / dispersão de estruturas produtivas pode ser resultado de múltiplas causas e de diferentes naturezas, umas impostas e obrigatórias pela via regulamentar, outras resultantes de condições formalmente não impositivas, mas que podem, por seu turno, resultar de condicionalismos sociais, técnicos, ou ainda ser consequência do simples acaso e preferências individuais. Podemos sintetizar os tipos de motivos para a concentração ou dispersão de mesteres (MELO, 2018b: 340-354):

- a) Imposta por leis ou regulamentos motivados por diversas razões (fiscais; interesses de diferentes autoridades e poderes jurisdicionais; saúde pública; considerações urbanísticas, entre outros), por exemplo, a produção de couros e abate e venda carne.
- b) Motivado por questões técnicas ou por constrangimentos da estrutura produtiva (manufatura concentrada ou manufatura *dessiminata*). Exemplo da produção de couros, bem como dos cordoeiros, entre outros.
- c) Fatores económicos e sociais, como a simples atração natural, sentimentos gregários ou outras razões semelhantes, como opções individuais. Exemplo a tendência a alguns setores se concentrarem em um ou em determinados locais do espaço urbano, sem que exista nenhuma imposição legal nesse sentido, mas tão só se afia como espaço privilegiado para certas atividades que consideram vantajoso estar próximo de outros do mesmo ofício por considerações competitivas ou de localização comercial, bem como de autocontrolo e fiscalização mútua dentro do mesmo mester, como por exemplo se verifica como os sapateiros ou com os ferreiros.
- d) Resultado da evolução urbana e das características e transformações das diferentes áreas urbanas e subúrbios. Por exemplo, a abertura e construção de “ruas novas” de prestígio, onde se proíbe a existência de certas atividades mesterais por se considerarem de pouco prestígio ou desagradáveis pela poluição (sonora, visual, de cheiros) que delas resulta, como se verifica com os ferreiros.

72

4. Regulamentação das atividades dos mesteres

As práticas e as atividades dos vários mesteres eram objeto de regulamentação variável. E, se alguns mesteres e setores eram amplamente regulamentados em vários aspetos, outros apenas conheciam regulamentação em poucos pontos.

Origem dos regulamentos ou autoria da regulamentação.

Podemos começar por distinguir a origem, ou seja, “de onde emanam essas normas”, e, nesse sentido, estabelecer diferentes tipos de regulamentações sobre a atividade dos mesteres. Desde cedo, as atividades dos mesteres foram controladas pelas autoridades, sobretudo os aspetos e sectores mais sensíveis e importantes. A regulamentação e controlo dos mesteres podia provir de distintos poderes, autoridades e origens, na maior parte de âmbito local e, em particular, concelhio (MELO, 2021a: 273-285).

Assim, podemos agrupar estas regulamentações quanto à origem / autoria e tipo:

- Concelhias;
- Senhoriais;
- Eclesiásticas;
- Dos próprios mesteres (autorregulação, com ou sem organização formal);
- Tradição ou costume *antigo* (em geral, oral nas suas primeiras versões);
- Régias (estas, quase sempre, de âmbito mais genérico).

Quase todas essas regulamentações são de âmbito local, por vezes com enquadramento régio geral, mas muito genérico. A grande maioria da regulamentação sendo local, obriga a uma análise, também ela local, para subsequentemente poder encontrar semelhanças e diferenças entre os ordenamentos relativos a mesteres nos diferentes espaços. Será, sobretudo, o espaço concelhio e urbano, incluindo o periurbano e as áreas dependentes, que constituem as escalas de observação por excelência, numa primeira fase (MELO, 2021a: 273-285; VIANA, 2012: 121-122).

Resumindo, diremos que provavelmente a maioria dos ordenamentos são de origem municipal, que poderiam incluir, ou não, alguns costumes orais pré-existentes, e que os regulamentos senhoriais ou régios têm, em geral, de igual modo, um âmbito apenas local de aplicação.

Finalmente, algumas normas podem decorrer do costume e das práticas dos próprios mestreiros. Mas, com exceção daquelas que deixaram de alguma forma, direta ou indireta, a sua marca no registo escrito, terão existido outras que, provavelmente, nunca poderemos conhecer (MELO, 2021a: 273-285; SOUSA, 1994: 166-173).

Outra questão importante tem a ver com a participação, ou ausência dela, dos mestreiros ou seus representantes na elaboração dessa regulamentação, no todo ou em parte.

Sobretudo, no caso da regulamentação municipal que se reporta a variados aspetos concretos das atividades mestreiras, como preços e salários em particular, com alguma frequência encontramos os mestreiros a participar dessas decisões concelhias, desde finais do século XIV e durante o século XV. Em qualquer dos casos, note-se que tal se verifica existindo, ou não, formas de organização dos mesteres (MELO e RIBEIRO, 2014: 113-115; MELO, 2021a: 273-285; MARTINS, 2021: 16-28). Isto leva-nos à segunda questão importante de caracterização do contexto: a inexistência, ou raridade, de organizações profissionais formais ou institucionais de mesteres de tipo corporação ou grêmios, até finais de quatrocentos. Em Portugal, antes do século XVI, com algumas exceções de finais do XV, não existe esse tipo de associações. Efetivamente, entre o final do século XV e o século XVI, assiste-se a um momento importante de transformação no que a esta questão diz respeito. As corporações formais organizadas só surgem desde finais século XV (Lisboa) e sobretudo no século XVI, embora confrarias de mesteres existissem anteriormente em várias cidades (Lisboa, Porto, Guimarães, entre outras), algumas desde o século XIV, mas a maior parte tão só do último quartel do século XV (MELO, 2021a: 273-285, 2013: 149-170, 2012: 289-299, 2018a: 23-37).

A regulamentação, fiscalização e controlo sobre os mesteres não se verifica de igual forma para todos eles. Pelo contrário, uma característica importante é a diversidade de situações de regulamentação e controlo entre os vários mesteres, uns fortemente regulamentados e sobre diversos aspetos, outros objeto de escassa regulamentação. Por seu turno, os aspetos objeto de regulamentação também podiam variar bastante entre os mesteres. Em termos gerais, podemos dizer que a regulamentação podia incluir diversos pontos, mas de forma distinta para cada mester.

Sintetizando, a regulamentação sobre atividades dos mesteres podia incidir sobre os seguintes elementos, mas quase nenhum mester era objeto de regulamentação sobre todos eles (MELO, 2018a: 30-35):

- Preços e salários;
- Pesos e medidas;
- Controlo da qualidade dos produtos e bens (carneiros, por exemplo);
- Selo / garantia de qualidade dos produtos (ourives; tanoeiros, entre outros);
- Garantir acesso a matérias-primas (tanoeiros, entre outros);
- Obrigação de assegurar quantidades mínimas obrigatórias (carneiros);
- Pagamento de taxas e direitos a distintos poderes (concelhio, senhorial, régio) relacionados com o exercício do mester;
- Localização das atividades: obrigação / proibição dos locais de exercício de alguns mesteres (carneiros, curtição, venda de peixe, e outros);
- Licenciamento ou acesso ao mester: controlo dos mesterais autorizados a exercer certos mesteres (carneiros, padeiras, entre outros) pelas autoridades municipais.

5. Identidade coletiva dos mesteres e mesterais

Para finalizar, algumas reflexões em torno da eventual existência de uma identidade coletiva dos mesterais, sob diferentes perspetivas: identidade dos mesterais de cada mester (sapateiros, ferreiros, carneiros, etc.) e até, em alguns casos, de subespecialidades dentro de um mesmo mester (como os sapateiros de cordovão e os sapateiros de vaca, por exemplo); e identidade do conjunto dos mesterais, dos vários mesteres, de cada cidade ou vila. Refira-se desde já que a nível nacional, no conjunto do reino, tal como refere Armindo de Sousa, não me parece que existisse essa identidade de grupo (ver as preciosas observações e análise de Armindo de Sousa [1993: 412-423]).

Será, também, necessário distinguir entre a perspetiva dos próprios mesterais, isto é, a autoperceção, e as visões de outros setores da sociedade sobre os mesterais (perceções externas). Mas diga-se, desde já, que escassos são os documentos onde a voz ou perspetiva dos mesterais seja inequivocamente expressa, pelo que estamos muito mais informados sobre a perspetiva das elites, em particular dos *homens bons* dos concelhos, sobre os mesterais.

No entanto, se definir esse tipo de identidade se afigura bastante complexo e extrava o tema do presente estudo, podemos procurar destacar os elementos de identidade que, em geral, se associavam aos mesterais na sociedade medieval, através dos registos documentais escritos que sobreviveram até hoje.

Deste modo, será preferível tentar apresentar atributos de identidade social dos mesterais, reconhecidos pela sociedade medieval, que os valorizam e que os distinguem de outros setores e grupos sociais (como leituras de referência, veja-se Jacques le Goff [1993 e 1999: 1137-1149] e Armindo de Sousa [1993: 412-423, 465-473]):

- A competência técnica específica;
- Um tempo longo de aprendizagem (alguns anos);
- A distinção entre *melhores* e *não tão bons*, ou seja, a distinção entre os mesterais mais reputados em termos de qualidade, que se traduzia em diferenças remuneratórias ou salariais;
- Capacidade para transformar a realidade, ou seja, produzir algo novo ou obra

(*opus / opera*). Distinguindo-se a obra, o que se produz, que constitui o elemento que se valoriza mais; e o *labor*, no sentido de trabalho ou esforço físico necessário para o conseguir, que é menos valorizado pela sociedade em geral. Associação *labor / dolor*, ou seja, trabalho / dor, no sentido de esforço físico que em si mesmo não é valorizado nas ideologias medievais dominantes, por se associar a consequência do pecado original. Já a obra é valorizada, pois através dela, o mesteiral pode, fugazmente, aproximar-se de Deus, que faz obra (*opera*), ainda que através de meios distintos e resultados de diferente natureza, obviamente;

- Ideia da imprescindibilidade dos mesteirais - necessidade de existir um número desejável ou ideal de mesteirais em cada cidade, não devendo ser nem de mais, nem de menos. Em todo o caso, a sua presença considera-se imprescindível para a vida em sociedade, para todos os seus estratos ou grupos sociais e respetivas necessidades.

Bibliografia

- ANDRADE, Amélia Aguiar (2003). *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BERNARDI, Philippe (2009). *Maître, valet et apprenti au Moyen Âge. Essai sur une production bien ordonnée*. Toulouse: Framespa – CNRS/Université de Toulouse II – Le Mirail.
- BRAUNSTEIN, Philippe (2003). *Travail et entreprise au Moyen Âge*. Bruxelles: De Boeck.
- BRAUNSTEIN, Philippe (2007). Production et Travail dans les Villes à la fin du Moyen Age, *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA*, Porto, III Série, Vol. 8, 11-23.
- CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo (2002). Las Técnicas Preindustriales, in BALLESTER, L. García (dir.) (2002). *Historia de la Ciencia y de la Técnica en la Corona de Castilla, II - Edad Media*. Junta de Castilla y León: Consejería de Educación y Cultura, 297-303.
- DEGRASSI, Donata (1996). *L'Economia Artigiana nell'Italia Medievale*. Roma: Carocci.
- DUARTE, D. (1998). *Leal Conselheiro*. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2010). *Guimarães: duas vilas um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM, Universidade do Minho.
- LE GOFF, Jacques (1993). *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa.
- LE GOFF, Jacques (1999). Travail, in LE GOFF, J., SCHMITT, J.-C. (dir.) (1999). *Dictionnaire Raisoné de L'Occident Médiévale*. Paris: Fayard, 1137-1149.
- Livro das Posturas Antigas* (1974). Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1985). Indústria – Na Idade Média, in SERRÃO, Joel (dir.) (1985). *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III. Porto: Livraria Figueirinhas, 301-304.

- MARQUES, A. H. de Oliveira (1985). Mesteirais, in SERRÃO, Joel (dir.) (1985). *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 280-282.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987). Portugal na crise dos séculos XIV e XV, in SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) (1987). *Nova História de Portugal*, Vol. IV. Lisboa: Editorial Presença.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (2010). O Trabalho, in MARQUES, A. H. de Oliveira (2010). *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, (6.ª edição). Lisboa: A Esfera dos Livros, 163-184, 280-283 e 310-312.
- MARTINS, Raquel de Oliveira (2021). A participação dos representantes dos mesteres nas vereações concelhias bracarenses, no século XV, *eHumanista. Journal of Iberian Studies*, 49, 16-28.
- MELO, Arnaldo Sousa (2009). *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c. 1320 - c. 1415 / Travail et Production au Portugal au Moyen Âge: Porto, c. 1320 - c. 1415*, 2 Vols. Tese de Doutoramento. Braga e Paris: Universidade do Minho, École des Hautes Études en Sciences Sociales. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/9896>.
- MELO, Arnaldo Sousa (2013). Os mesteirais e o poder concelhio nas cidades medievais portuguesas (séculos XIV e XV), *EDAD MEDIA. Revista de Historia*, 14, 149-170.
- MELO, Arnaldo Sousa (2018a). Entre trabalho ordenado e trabalho livre: regulamentação e organização dos mesteres em Portugal nos séculos XIV e XV, in SOLÓRZANO TELECHEA, J. A., MELO, Arnaldo Sousa (eds.) (2018). *Trabajar en la Ciudad Medieval Europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 23-37.
- MELO, Arnaldo Sousa (2018b). Os espaços dos mesteres nas cidades medievais e nas suas periferias: tipologia e metodologia de análise, in ANDRADE, Amélia Aguiar, TENTE, Catarina, SILVA, Gonçalo Melo da, PRATA, Sara (eds.) (2018). *Espaços e poderes na Europa urbana medieval*. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 337-357.
- MELO, Arnaldo Sousa (2021a). Os ofícios mecânicos e o governo da cidade: a regulamentação dos mesteres nas cidades tardo-medievais portuguesas, in ANDRADE, Amélia, SILVA, Gonçalo (eds.) (2021). *Governar a cidade na Europa medieval*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 273-285. <http://hdl.handle.net/10362/125920>
- MELO, Arnaldo Sousa (2021b). A produção de couros em Portugal nos séculos XIV e XV. Um modelo de organização na Idade Média, *eHumanista. Journal of Iberian Studies*, 49, 84-95.
- MELO, Arnaldo Sousa, RIBEIRO, Maria do Carmo (2014). Os grupos populares nas cidades medievais portuguesas: problematização e inserção no espaço urbano, in SOLÓRZANO TELECHEA, J. A., BOLUMBURU, B. A., HAEMERS, J. (eds) (2014). *Los Grupos populares en la ciudad medieval Europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 109-131.

- MELO, Arnaldo Sousa, CAMPOS, Maria Amélia, SEQUEIRA, Joana (2021). Crafts in the Portuguese medieval town: organisation, association, and social representation (introduction), *eHumanista. Journal of Iberian Studies*, 49, i-iii.
- SOUSA, Armindo de (1993). 1325-1480, in MATTOSO, J. (dir.) (1993). *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 412-423.
- PAGÈS, Gaspard, VERNA, Catherine (2022). L'invention de l'industrie antique et médiévale, *Artefact: techniques, histoire et sciences humaines*, 17, 243-264.